

continuação

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80

Custos/despesas operacionais	2019 (*)			
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber
Pessoal	(30.557)	(25.922)	(73.714)	-
Material	(2.989)	(868)	(3.033)	-
Serviços de terceiros	(126.473)	(142.469)	(86.559)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(2.798.370)	-	-	-
Custo de construção	(773.029)	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	(173.215)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(15.156)	-
Amortização	(252.801)	-	(54.163)	-
Subvenção CCC	(114.555)	-	-	-
Outros	570	(1.984)	5.546	-
Total	(4.098.204)	(171.243)	(227.079)	(173.215)

(*) Para melhor análise os valores de custos e despesas anteriormente apresentados com saldos positivos serão apresentados negativos.

29. Energia elétrica comprada para revenda

	GWh(*)		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Energia de leilão (a)	8.330	8.280	(1.614.372)	(1.692.581)
Contratos Eletronuclear	307	283	(86.382)	(65.969)
Contratos cotas de garantias	2.440	2.572	(266.116)	(261.355)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	(55.007)	(25.966)
Energia bilateral	226	226	-	-
Energia de curto prazo - CCEE (b)	-	-	(418.853)	(565.291)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	172	182	(55.740)	(71.117)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	267.639	267.707
Subtotal	11.475	11.543	(2.228.831)	(2.414.572)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (c)	-	-	(562.409)	(383.798)
Total	11.475	11.543	(2.791.240)	(2.798.370)

(a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits) decorrentes de preços de pagamentos menores que em 2019 em virtude de menores despesas com a parcela variável das usinas termoeletricas ao longo do ano de 2020 oriundo de redução no acionamento das termoeletricas; (b) Os custos da energia de curto prazo teve uma redução, em relação ao ano anterior, devido a redução no PLD observado ao longo de 2020, motivado pela retração do mercado causado principalmente pela pandemia COVID19; e (c) Contempla os custos com Encargos de Uso e Conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida - RAP, portanto, em cada ano há sempre o efeito de duas resoluções. Os custos ocorridos em 2020 foram maiores que 2019 em decorrência das tarifas aprovadas na resolução RAP de nº 2.564 de 19 de junho de 2019, que vigorou até julho/2020 relacionadas à Rede Básica e Conexão que tiveram um aumento incorporadas ao reajuste tarifário anual de 2019, assim como o aumento da contratação do MUST(Montante de Uso do Sistema de Transmissão). Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória 2.726, de 14 de julho de 2020, a ANEEL estabeleceu o valor da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão, para o período de julho/2020 a junho/2021, que elevou os custos de transporte de energia elétrica. **30. Resultado financeiro, líquido**

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras	49.504	72.888
Valores a receber/devolver parcela A	25.118	31.711
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	283.248	42.540
Acréscimo moratório de energia vendida (b)	152.536	138.537
Variação monetária e cambial da dívida	-	1.539
Atualização sub-rogação CCC (f)	1.494	129.935
Descontos obtidos	8	34
PIS/COFINS sobre receita financeira	(11.230)	(11.058)
Outras receitas financeiras (c)	8.076	13.349
Total de receitas financeiras	508.754	419.475
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(21.509)	(40.269)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	(5.942)	(23.911)
Variação monetária e cambial da dívida (d)	(405.009)	(86.518)
Encargos da dívida(e)	(207.966)	(259.582)
Atualização de eficiência e contingências(g)	2.366	(46.086)
Multas regulatórias	(3.212)	(12.905)
Juros, multas s/ operação de energia	(454)	(20)
Despesa financeira de AVP	(20.690)	(34.888)
Encargos com partes relacionadas	(551)	(608)
Juros passivos	(34.555)	(51.756)
Descontos concedidos	(17.790)	(9.967)
Outras despesas financeiras	2.490	198
Total de despesas financeiras	(712.822)	(566.312)
Resultado financeiro líquido	(204.068)	(146.837)

(a) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de SWAP, que

trocaram Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de dezembro de 2020 o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando receita em 2020 com crescimento do dólar em 29%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020, contra uma receita menor em 2019 com o aumento do dólar em 4%, saindo de R\$ 3,87 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019; (b) Esse aumento é devido ao pagamento em atraso das faturas de energia pelos consumidores, ocasionado principalmente pela Pandemia da COVID-19; (c) Atualização monetária do saldo da sub-rogação CCC, reconhecido no 1º semestre de 2019, no valor de R\$ 95.230, reconhecidos em outras receitas, fruto da atualização monetária vinculado ao recebimento de sub-rogação da CCC de exercícios anteriores; (d) Em 31 de dezembro de 2020, o aumento dos encargos da dívida deu-se principalmente ao aumento do saldo devedor em R\$ 440.000 devido aos ingressos do BNDES; e (e) Despesa cambial maior no atual período devido ao aumento significativo no dólar, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em 30 de dezembro de 2020 e também o aumento da variação monetária sobre a dívida deu-se em função do aumento do IPCA, que passou de 4,31% em 31 de dezembro de 2019 para 4,52% em dezembro 2020; (f) No primeiro semestre de 2020 a distribuidora EQTL PA apresentou ao órgão regulador a prestação de contas dos custos realizados nos projetos sub-rogados pertencentes a interligação dos sistemas isolados Marajó I e II - Sub-rogação CCC até 31.12.2019. A referida prestação de contas está em análise do órgão regulador, cujo parecer final ainda não foi emitido, por esse motivo, houve paralisação no recebimento das parcelas e consequente paralisação da atualização do saldo. (g) Essa redução é devido a correção que ocorreu em 2019, em todos os processos da base de ativos, na conta de atualização de contingência das categorias: cível, trabalhista e tributária. **31. Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada): Características do plano de aposentadoria.** A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da EQTPREV - Equatorial Energia Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria, assistência médica e pensão". Os planos de previdência expõem a Companhia a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. Os planos de saúde expõem a Companhia a riscos relacionados à longevidade, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos. Cabe ressaltar que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) patrocinadas pela Companhia realizam periodicamente estudos de *Asset&Liability Management* - ALM, visando estabelecer estratégias de investimento que estejam compatíveis com as obrigações previdenciárias dos planos. Essas entidades operam dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. Em decorrência da estrutura regulatória acima descrita e das normas específicas sobre o tema, podem haver restrições ao reconhecimento de superávits caso identificados nas avaliações atuariais realizadas para atendimento ao pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir: **Plano Equatorial BD.** O Plano BD é estruturado na modalidade de "benefício definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadoria (por Invalidez, Idade, Tempo de Contribuição e Especial):

continua